



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## OS EFEITOS SOCIAIS DOS PARQUES ESTADUAIS VERDE GRANDE E MATA SECA SOBRE O MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS VAZANTEIRAS DE PAU PRETO E PAU DE LÉGUA – MG

**Autores:** ROGERIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE, FELISA CANSADO ANAYA, ANA PAULA GLINFISKOI THÉ, CLÁUDIA LUZ DE OLIVEIRA, MARIA IVANILDE PEREIRA SANTOS

### Introdução

As comunidades tradicionais vazanteiras de Pau Preto e Pau de Légua se localizam na baixada média do rio São Francisco, norte de Minas Gerais. Elas têm sido estudadas no âmbito do projeto de pesquisa “Dinâmicas Socioambientais do São Francisco: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas”<sup>1</sup>, convênio de demanda endogovernamental entre Unimontes, FAPEMIG e Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais. As comunidades tradicionais vazanteiras desta região são caracterizadas por Luz de Oliveira (2005) como populações residentes das áreas inundáveis das margens do rio São Francisco. Rio considerado elemento constitutivo da territorialidade e identidade destes grupos, reconhecidos pelos “de fora” como as “gentes do rio e das terras crescentes”, uma vez que sua vida ocorre no entremeio da cheia e vazante do São Francisco e no manejo das ilhas (ARAÚJO 2009; ANAYA, 2013).

No campo ambiental, tais grupos são reconhecidos como parte da categoria jurídica de “populações tradicionais”, incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da Lei da Mata Atlântica, que trata dos conflitos que envolvem a presença humana em áreas protegidas (BARRETO FILHO 2002). O avanço do debate identitário deslocou o reconhecimento desta categoria para “povos e comunidades tradicionais”, refletindo no campo dos direitos territoriais e coletivos, através do decreto federal n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, e da Lei Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Minas Gerais no 21.147, de 14 de janeiro de 2014.

Os vazanteiros de Pau Preto localizam-se no município de Matias Cardoso, têm seu território tradicional sobreposto pelo Parque Estadual “Verde Grande”, criado em 1998; e os vazanteiros de Pau de Légua, no município de Manga, com seu território sobreposto pelo Parque Estadual da “Mata Seca”, criado em 2000, conforme **figura 1**. Tais parques foram implementados enquanto compensação ambiental ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba e como parte das condicionantes para a expansão de sua etapa 2.

Posto este contexto, o objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da criação destes parques de conservação integral sobre o modo de vida das comunidades tradicionais vazanteiras de Pau Preto e Pau de Légua.

Os resultados demonstram que, a criação dos parques sobre as terras tradicionalmente ocupadas se deram de forma desconectada dos processos socioambientais do lugar. As políticas ambientais de caráter preservacionista, subsumiram direitos fundamentais destes grupos culturalmente diferenciados. Os efeitos dos parques estaduais Verde Grande (PEVG) e Mata Seca (PEMS) sobre o modo de vida destes grupos sociais intensificaram a vulnerabilidade social, alimentar e de saúde dos vazanteiros, que iniciaram um processo de reafirmação identitária, objetivadas atualmente no *Vazanteiros em Movimento*. A perda de domínio territorial e a restrição de uso dos recursos naturais incidiu diretamente sobre os indicadores de segurança alimentar, saúde e condições de produção destas comunidades.

### Material e Métodos

A metodologia utilizada se estruturou em quatro etapas: 1ª – pesquisa bibliográfica - consistiu na leitura de teses, dissertações, monografias, bem como artigos publicados sobre as comunidades vazanteiras estudadas, as políticas de desenvolvimento econômico e ambiental implementadas na região e as categorias como etnicidade, cultura, natureza e sociedade.; 2ª – pesquisa documental - envolveu o levantamento e a leitura sistematizada de arquivos fotográficos, cartográficos, documentos institucionais, processos administrativos e inquéritos civis públicos que dizem respeito aos conflitos na região; 3ª - trabalho de campo - esta etapa envolveu os trabalhos de campo desenvolvidos junto à comunidade de Pau Preto e Pau de Légua através de pesquisa etnográfica, que inclui entrevistas e aplicação de questionário estruturado, tendo em vista a caracterização dos grupos e a análise estatística para análise do material coletado, foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas e análise estatística dos dados quantitativos por meio do

Os dados apresentados neste trabalho são resultados dos estudos realizados pelos autores e inseridos no Diagnóstico de Identificação e Caracterização Socioambiental de Pau Preto e do Diagnóstico de Identificação e Caracterização Socioambiental da comunidade vazanteira de Pau de Légua.



# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## Resultados e discussão

As comunidades vazanteiras de Pau Preto e Pau de Légua estão localizadas, a primeira, à margem direita do rio São Francisco e, a segunda, à margem esquerda do mesmo rio, em sua porção média, ambas compreendidas na microrregião de Janaúria, nos municípios de Matias Cardoso e Manga, norte de Minas Gerais. Estas comunidades possuem aspectos em comum em suas realidades. Ambas foram diretamente impactadas com a instauração das unidades de conservação integral, criadas em compensação ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba e condicionante para sua etapa 2.

Estes parques restritivos à presença e uso humano resultaram no cerceamento das práticas tradicionais de manejo da natureza e no modo de vida destas comunidades vazanteiras, o que acaba por restringir seus territórios e, conseqüentemente suas condições de existência. Estas que advém, principalmente, das atividades de uso do meio ambiente para produção alimentar, cultivo de ervas e de plantas medicinais entre outras formas de uso da natureza pelos grupos.

No caso da comunidade vazanteira de Pau de Légua, os resultados apontam que o grupo tem dividido seu modo de vida no deslocamento cotidiano entre a beira-rio de seu território em Manga e a cidade de Matias Cardoso. Neste contexto, o deslocamento cotidiano, e a casa na cidade e no território se tornaram estratégias de resistência do grupo com objetivo de manter o vínculo com suas terras tradicionalmente ocupadas, após um primeiro ciclo de expropriação por fazendeiros na década de 1970 e as políticas de restrição ambiental nos anos 2000, através do PEMS.

Os 100% de membros familiares de Pau de Légua que se dividem entre a cidade e o território utilizam o estabelecimento urbano como apoio para dormir, acessar serviços de saúde em casos de doenças, internações, tratamentos médicos e como base para educação dos filhos.

Do total de famílias entrevistadas, 67% afirmaram ter membros que migraram para outras regiões. Entre os principais motivos que levaram as famílias a migrarem se destacam: trabalho (87%), estudo (6%), e 7% para viver com outros membros da família. A busca de trabalho é o maior motivo da migração, seguido da busca pela qualificação através da educação: o trabalho, é devido à limitação do espaço de 1 hectare para plantio e o estudo em consequência da falta de acesso à faculdades e institutos superiores de educação nos municípios. Os municípios mais próximos (Janaúba e Janaúria) com ensino superior se localizam a aproximadamente 150 km de distância de Matias Cardoso.

Nos aspectos relacionados ao processo saúde-doença do grupo, a diabetes e a hipertensão se apresentam como a principal doença crônica deste.

No que se refere às famílias da comunidade vazanteira de Pau Preto, a partir da autodemarcação do território tradicional em 2011, estas foram aos poucos estruturando o uso dos ambientes considerando as propostas inicialmente elaboradas, mas também atualizando novas formas de ocupação, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação de animais e o extrativismo.

Com o processo de esbulho territorial nos anos 1970 e a intensificação do confinamento das áreas de plantio pelo PEVG no final dos anos 2000, houve uma diminuição dos agroambientes de cultivo vazanteiro, o que provocou uma diminuição no acesso a alimentos de qualidade, na percepção do grupo.

Mesmo em áreas restritas entre 1 a 2 hectares, ou com menos de 1 hectare; 24% dos membros familiares entrevistados conseguem atingir minimamente um cultivo diversificado; os outros 13% confinados no espaço menor que 1 hectare, têm mais dificuldades para manter a qualidade alimentar, antes tão abundante e diversa nos agroambientes dominados pelo grupo.

Em relação às famílias que fazem tratamento de saúde, 60% responderam estar em tratamento durante o período da coleta de dados. Destes 60% que estão sob tratamento, 57% possuem algum tipo de doença crônica.

Em relação a serviços de urgência em saúde ou tratamento de doenças de maior complexidade, a comunidade recorre a outros municípios, principalmente Manga (46%). Em segundo lugar, procuram Janaúba (6%) e em terceiro Montes Claros (4%).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:  
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

# FEPEG

F Ó R U M  
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

## Considerações finais

A criação dos parques estaduais Verde Grande e Mata Seca intensificaram a vulnerabilidade social dos grupos resultando na insegurança alimentar, falta de acesso à saúde, educação e lazer. A migração de pessoas para as periferias de outras cidades foi a principal consequência. A resistência dos que ficaram neste contexto de injustiça ambiental, foi a busca da manutenção de seu *modo de vida* através da ação coletiva nos *Vazanteiros em Movimento* que encaminham um processo de busca pela manutenção de seus modos de vida, de suas diferenças culturais e reafirmação identitária inviabilizados pela expropriação de seus territórios. Os “Vazanteiros em Movimento” emergiram como um desdobramento do “Movimento dos encurralados pelos Parques” que envolvia Pau Preto, Pau de Léguas e os vazanteiros e quilombolas da Lapinha, este último, com território sobreposto pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro; todos parte do Sistema de Áreas Protegidas do Jai?ba (SAP Jai?ba). A perda de domínio territorial de outros grupos vazanteiros na baixada média sanfranciscana frente a outros empreendimentos econômicos e ambientais mobilizou uma rede mais ampla de outras comunidades vazanteiras que vêm discutindo a revitalização do rio, a reapropriação territorial, o direito às suas diferenças culturais, estratégias de enfrentamento das práticas coercitivas e de criminalização dos agentes ambientais e as contradic?oes da poli?tica ambiental compensato?ria complementar a? demandas do mercado e seu modelo de produc?a?o intensiva sobre o ambiente.

## Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e à Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA-MG), pelo apoio financeiro ao projeto de demanda induzida: TCT-10.264/15 celebrado junto ao Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

## Referências Bibliográficas

ANAYA, F. C. De Encurralados pelos Parques a Vazanteiros em Movimento: o processo de reapropriação territorial das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinhari. In: ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. 37 Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2013. p. 1-17

ARAÚJO, E. C. Nas margens do São Francisco: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. (Dissertação de Mestrado, 252 folhas), Montes Claros, 2009.

BARRETO FILHO, Henyo T. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Boletim rede Amazônia: Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais. Rio de Janeiro, ano 1. N. 1, p. 45-50. 2002.

LUZ DE OLIVEIRA, C. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 175 fls). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.